

• Política

PMDB

18 FEV 1988

GAZETA MERCANTIL

Quércia e Ulysses continuam em silêncio sobre o mandato

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Assembleia Constituinte, e o governador de São Paulo, Orestes Quércia, que estiveram reunidos ontem por 45 minutos no Palácio dos Bandeirantes, recusaram-se a dar suas opiniões a respeito da duração do mandato do presidente José Sarney. Ambos afirmaram que vão respeitar a decisão da Constituinte sobre o assunto e não quiseram fazer previsões sobre a tendência majoritária entre os parlamentares.

"Ninguém vai ter uma previsão segura sobre a vitória dos quatro ou cinco anos. Acho que a diferença de votos será pequena. As modificações podem ocorrer até no dia da votação", disse Ulysses. Ele negou que sua visita a Quércia tivesse por objetivo articular sua candidatura (de Ulysses) à sucessão presiden-



Ulysses Guimarães

cial e afirmou mais de uma vez que os trabalhos constitucionais absorvem todo o seu tempo e interesse. Para simbolizar sua pressa em concluir a nova Carta, Ulysses disse que "a Constituição vai sair na marra e eu serei o marreteiro".

O presidente da Constituinte lembrou a influência do governador paulista dentro do PMDB na deci-

são sobre o mandato presidencial e o sistema de governo, mas considerou prematura qualquer discussão sobre os dois temas mais polêmicos da nova Constituição.

Quércia manteve sua postura de não se pronunciar a respeito do mandato e brincou: "Vocês me perguntam isso todo o dia". O governador disse que "se puder ajudar para o que considero ser do interesse nacional vou colaborar para a manutenção do presidencialismo".

As críticas feitas na semana passada pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e pelo presidente José Sarney à Constituinte foram rebatidas por Ulysses para quem "isso significaria dissolver a Constituinte e sei que nem o presidente Sarney nem os ministros militares fariam isso".

O deputado referiu-se aos três ministros militares que promulgaram o AI-5, em 1969, como "os três pa-

tetas" e disse que hoje não existe possibilidade de um retrocesso semelhante ao que ocorreu durante a ditadura militar.

Sobre as duras críticas de Sarney à aprovação do mandato de segurança coletivo e da necessidade de autorização judicial para as prisões — feitas no programa radiofônico do presidente "Conversa ao Pé do Rádio" na última sexta-feira —, Ulysses afirmou que "o grave problema do Brasil é a impunidade, é preciso estabelecer efetivamente que serão punidos os infratores".

O presidente da Constituinte disse que é um direito de todo o cidadão, "independentemente de seu cargo", manifestar-se sobre a Constituinte e negou que as manifestações do presidente e de Antônio Carlos Magalhães seja uma interferência indevida nos trabalhos constitucionais, que, segundo ele avalia, estarão concluídos no próximo dia 21 de abril.

Hoje o governador de São Paulo estará em Brasília para se reunir com os ministros da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, e da Educação, Luis Bandeira Filho (que ocupa interinamente o ministério na ausência de Hugo Napoleão). Na pauta do encontro está a liberação de recursos do governo federal para a merenda escolar e para a construção de novas escolas em São Paulo.

CONSTITUINTE

O reinício das atividades

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembleia Nacional Constituinte reinicia hoje suas atividades, interrompidas na última sexta-feira pelo feriado de carnaval.

Desde a semana passada, constituintes dos grupos partidários e suprapartidários estão negociando os pontos mais polêmicos do Capítulo II, que trata dos direitos sociais, a fim de acelerar, através de entendimentos, as votações, que se iniciam pela questão da estabilidade.

O Capítulo II do projeto elaborado pela Comissão de Sistematização tem catorze artigos. Destes, o mais extenso, e o que contém questões mais controversas, é o 7º, com 29 incisos e 4 parágrafos. Em plenário ninguém arrisca uma data certa para o final das votações desse Capítulo. O anterior, que trata dos direitos individuais e coletivos, com apenas um artigo, o 6º, e sessenta incisos, levou dez dias para ser votado.

O Capítulo II já tem mais de duzentos pedidos para votação em separado, sem prejuízo de outros que possam ser feitos. O Capítulo I recebeu número aproximado de pedidos, sendo que muitas emendas foram retiradas por seus autores, ou consideradas prejudicadas, por conterem disposições semelhantes ao texto aprovado ou porque a ele se contrapunham.

A sessão de hoje terá início pela votação dos pedidos de destaque feitos ao substitutivo do "Centrão", já aprovado quando do início da votação do Título I.

De acordo com o regimento interno da Consti-

CUT imprime cartazes

por Flávio Porcello de Porto Alegre

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai manter o nome do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) nos cartazes que serão espalhados pelo Rio Grande do Sul, acusando os parlamentares do chamado "Centrão" de atuarem "contra os interesses do povo". O senador gaúcho já tinha obtido apoio de lideranças nacionais ligadas à CUT, como Jair Meneghelli e Luis Inácio Lula da Silva, a promessa de que seu nome não seria incluído na lista, porque ele não pertence ao "Centrão".

O presidente estadual da CUT, Gilmar Pedruzzi — que confirmou o nome do senador — não soube precisar ontem quantos cartazes serão distribuídos no estado e evitou revelar quando e onde começa a distribuição. "Já houve problemas em São Paulo e vamos tomar mais cuidado desta vez", afirmou a este jornal. Os

deputados constituintes gaúchos que terão seu nome, foto e telefone publicados nos cartazes pertencem principalmente ao PMDB, PFL e PDS. O único senador incluído na lista é Carlos Chiarelli. "Ele pode não ser do 'Centrão'", disse Gilmar Pedruzzi, "mas sempre age contra o povo, por isso vai para a lista."

O senador, ao embarcar ontem de Porto Alegre para Brasília, quando soube da inclusão de seu nome como integrante do "Centrão", não escondeu a surpresa, reiterando que as lideranças nacionais da CUT haviam prometido "corrigir o equívoco". "Se vão manter uma informação equivocada é falta de seriedade", reclamou.

Mas procurou manter o bom humor: "Se a lista que vão divulgar é nova, está nascendo errada. Se é a velha, comprovadamente errada, não há que fazer, o que é ruim tem que sair do mercado".

tuante, votam-se primeiro as emendas destacadas, seguidas daquelas com pedido de preferência e, ao final, as individuais sem pedido de destaque. Essas últimas, tenham ou não parecer favorável do relator, são votadas em bloco.

NEGOCIAÇÕES

Dos pontos que estão sendo negociados, o mais delicado é a estabilidade. Também recebem atenção especial o direito de greve, a imprescritibilidade da ação trabalhista, a remuneração de horas extras e a organização sindical.

Já há uma proposta para a questão da estabilidade.

Ao prever a garantia no emprego contra despedida arbitrária ou injusta, a ser definida em lei que assegurará indenização ao trabalhador, sem prejuízo de outros direitos que possa ter, o texto abrange um pouco do que deseja cada um dos grupos negociadores. O "Centrão" fica com a palavra indenização no corpo permanente da futura Constituição, o que lhe assegura a dissolubilidade do vínculo empregatício. O PMDB e os partidos de esquerda ficam com a possibilidade de obter outros direitos ao trabalhador a serem definidos em lei.